

ACM sela paz com o Governo e pára com ataques às nomeações

04 AGO 1995

JORNAL DE BRASÍLIA

LÚCIA MOTTA

O Palácio do Planalto deu por encerrada a polêmica envolvendo as denúncias do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA) sobre nomeações de pessoas "inidôneas" para cargos no Governo. ACM contestou a versão oficial do porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral, garantindo que o presidente Fernando Henrique Cardoso não tinha conhecimento das acusações feitas pelo senador. Ontem de manhã o porta-voz telefonou logo cedo para Antônio Carlos Magalhães e os dois concordaram em colocar um ponto final no assunto.

"Essa questão está encerrada. O Governo toma os comentários do senador como uma colaboração", afirmou ontem à noite o porta-voz.

Segundo Sérgio Amaral, as afirmações de Antônio Carlos Magalhães serão tratadas pelo Planalto como todas as outras listas apresentadas ao Governo. Na quarta-feira o porta-voz havia dito que o presidente havia qualificado como "sem fundamentos" e "injustificadas" a maior parte das denúncias feitas pelo senador e mandado investigar apenas dois nomes que estavam na lista apresentada.

O Palácio do Planalto não vai prolongar o assunto levantado pelo próprio senador há várias semanas. Para o Governo, o assunto está encerrado e, garante o porta-voz, "o senador também considera assim".

Bilhete — O porta-voz admitiu a existência de uma lista com nomes de pessoas indicadas para cargos no

Governo encaminhada pelo presidente ao ministro Eduardo Jorge. A lista foi fotografada nas mãos do presidente Fernando Henrique Cardoso e publicada na Folha de S. Paulo de ontem. Segundo Sérgio Amaral, a lista não tem qualquer novidade e foi encaminhada ao secretário-geral para que fosse esclarecido quem são aquelas pessoas e para quais cargos foram indicadas.

O porta-voz, porém, criticou a publicação da fotografia de um papel que estava nas mãos do Presidente e não havia sido divulgada. "O bilhete", afirmou o porta-voz, "foi indevidamente fotografado". A observação, segundo ele, reflete uma opinião pessoal e não do Presidente da República.